Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

São Paulo, 12 de agosto de 2019
SBPC-156/Dir.

Excelentíssimo Senhor
Ministro MARCOS PONTES
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)
Brasília, DF.

Senhor Ministro,

Encaminhamos, abaixo, cópia de Moção aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral Ordinária de Sócios da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em 25 de julho de 2019, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande, por ocasião da 71ª Reunião Anual da SBPC.

Se possível, gostaríamos de receber manifestação de Vossa Excelência sobre o assunto, para divulgação aos sócios da SBPC.

Título: A importância da valorização dos dados e informações científicas para as políticas públicas

Resumo e Justificativa: O Brasil possui uma ampla comunidade científica e tecnológica, concentrada em suas universidades, instituições de pesquisa, organizações privadas, etc. Muitas de suas instituições e de seus cientistas têm renome mundial e desenvolvem estudos de grande valor para a geração de novos conhecimentos, produtos e serviços, assim como para o apoio à definição e execução de políticas públicas. No entanto, nem sempre os dados e informações produzidos, em sua maior parte com recursos públicos, são utilizados pelas instâncias de decisão.

Texto da moção: A maior parte da produção científica brasileira é financiada com recursos públicos, provenientes dos impostos pagos pelo cidadão. Muitos de seus resultados têm alta aplicabilidade potencial para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas e eficientes, como é o caso dos muitos estudos relacionados ao meio ambiente, às energias renováveis e à saúde pública.

No caso do meio ambiente, por exemplo, podem ser citadas muitas situações que evidenciam a importância do conhecimento científico e de como ele não tem sido adequadamente considerado. Análises dos efeitos das mudanças do código florestal, como a possibilidade de extinguir a Reserva Legal, indicam que as consequências podem ser prejudiciais a diversos serviços ambientais gerados pelas florestas. Recentemente dados e informações científicas sobre o desflorestamento foram questionadas, mesmo sendo procedentes de uma instituição de referência mundial, o INPE, que gerencia há décadas sistemas de monitoramento de grande credibilidade e com transparência. Tecnologias de dessalinização já existentes no país não foram adequadamente consideradas em ações recentes que buscam minorar a questão da água em regiões mais secas. A liberação

desenfreada de agrotóxicos, que podem ter consequências danosas para a saúde humana e para o meio ambiente, tem sido promovida extensivamente apesar de os cientistas, por meio de pesquisas cuidadosas, alertarem para os riscos envolvidos.

Quem deveria ser o principal incentivador e usuário das informações científicas produzidas pelo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia do país, o governo brasileiro, não tem se beneficiado adequadamente de tais dados para aprimoramento das políticas públicas e para a execução mais eficiente de seus programas. Isto valorizaria, inclusive, o retorno dos investimentos públicos efetuados para ciência, tecnologia e inovação. A desconsideração, e mesmo o desprezo, em relação ao conhecimento científico produzido, pode ter implicações sérias sobre a qualidade de vida dos brasileiros e dificultar a recuperação econômica do País. Encarecemos aos gestores e tomadores de decisão governamentais que busquem utilizar, de forma mais intensa e sistemática, o conhecimento científico produzido no País na formulação e na execução das políticas públicas e dos programas e ações delas decorrentes.

Atenciosamente,

ILDEU DE CASTRO MOREIRA
Presidente da SBPC